

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES



ATA N.º 2/2022

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL

----Ao vigésimo sexto dia do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila das Lajes das Flores, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu-se a Assembleia Municipal, sob a Presidência da Senhora Maria da Conceição Vieira Gomes, secretariado pelas Sras. Deputadas Municipais Esmeralda Maria Rodrigues da Silveira Câmara Lourenço e Lisa Gomes Pimentel Serpa. -----

----Procedeu-se à chamada, verificando-se estarem presentes os seguintes deputados municipais: Maria da Conceição Avelar de Freitas, Rigoberto Martins Gomes, Lúcia Maria de Mendonça Inocêncio Teixeira, José António Corvelo de Freitas, José Florentino Cabeceira Azevedo, Nuno Filipe Belo de Fraga Diogo, Mariana Alexandra Bessa Ferreira, Duarte António Silveira Câmara, Guilherme Pinheiro de Magalhães Gomes dos Santos, Luís Manuel Fernandes Caramelo Victor José Lourenço Fagundes, Maria Isabel de Freitas Tenente António Eduíno Valadão Eduardo, Marco Paulo Serpa Mendonça, Vítor José Santos da Rosa. -----

----Não estiveram presentes os Senhores Deputados André dos Santos Serpa tendo apresentado justificação, sendo substituído por Susete Alexandra Mendonça; José Gabriel Freitas Eduardo, sendo substituído por António Vieira Rosanina; Eliseu Alexandre Andrade Câmara, sendo substituído por Vítor Norberto Garcia Medeiros; Verónica Marisa Alves Eduardo, tendo apresentado justificação. -----

----Marcaram também presença o Sr. Vice-Presidente Beto Alexandre Azevedo Vasconcelos, a Sra. Vereadora Maria Vitorina Sousa Silveira. -----

----Não estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara Luís Carlos Martins Maciel a Sra. Vereadora Arlinda Maria Focha Nunes e o Sr. Vereador Bruno Filipe de Freitas Belo -----

----Sendo 14:00 horas a Sra. Presidente da Assembleia em exercício declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----Foi colocada para análise e discussão a proposta de ata nº1, da reunião ordinária celebrada a 25 de fevereiro de 2022. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fazenda, Vítor Rosa, alertou para um erro na ata anterior estando vereadores ao invés de deputados. -----

----Não tendo havido mais intervenções, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com a abstenção dos Senhores Deputados Mariana Alexandra Bessa Ferreira, Esmeralda Maria Rodrigues da Silveira Câmara Lourenço, Duarte António Silveira Câmara, Guilherme Pinheiro de Magalhães Gomes dos Santos, Victor José Lourenço Fagundes, Maria Isabel de Freitas Tenente, Luís Manuel Fernandes Caramelo, António Vieira Rosanina e Vítor Norberto Garcia Medeiros, por não terem estado presentes na referida reunião. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal em exercício informou da correspondência recebida pela mesa da assembleia comunicando estar disponível para consulta. Informou que



deram entrada à mesa três votos, sendo o primeiro voto de pesar pelo falecimento do Sr. João António Gomes Vieira apresentado pelo Grupo Municipal do PS. -----

----O Sr. Deputado José Freitas fez a apresentação do voto que se encontra em anexo. -----

----Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal em exercício informou que o segundo voto é um voto de protesto pela ausência de resposta ao Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS-PP/PPM, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação do PSD/CDS/PP-PPM. -----

----A Sra. Deputada Maria Conceição Freitas fez a apresentação do voto que se encontra em anexo. -----

----Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido reprovado com o voto de qualidade da Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, com os votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista e com a abstenção do Sr. Deputado Guilherme Santos. -----

----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal em Exercício informou que o terceiro voto é um voto de protesto contra a aprovação do Regime Jurídico da Taxa Turística Regional, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação do PSD/CDS/PP-PPM. -----

----A Sra. Deputada Mariana Ferreira fez a apresentação do voto que se encontra em anexo. -----

----Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado com os votos a favor do Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS-PP/PPM, e com a abstenção do Grupo Municipal do Partido Socialista e dos Presidentes de Junta de Freguesia Independentes do Lajedo, Marco Mendonça e Mosteiro, Maria Isabel Tenente. -----

----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal em Exercício informou que o Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS-PP/PPM, irá apresentar uma Recomendação – Integração de pessoal proveniente dos programas de emprego. -----

----O Sr. Deputado Nuno Diogo fez a apresentação da recomendação que se encontra em anexo. -----

----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal em Exercício informou que o Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS-PP/PPM, irá apresentar uma proposta de revisão do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira fez a apresentação da proposta que se encontra em anexo. -----

----Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----**OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**-----

----O Sr. Deputado José Freitas referiu que o seu pensamento irá para as pessoas que vivem na Ilha de São Jorge, que estão a passar por uma fase difícil, gostando assim de se associar aos Jorgenses, que não sabem como será o “dia de amanhã” com as implicações sísmicas que têm sentido. Em relação à data comemorativa do dia de ontem 25 de abril, gostaria assim de assinalar e frisar que, se hoje estão a discutir democraticamente os assuntos, é porque tiveram, há 48 anos, um grupo de capitães de abril que saiu à rua e acabou com o regime que existia. Referiu que nestes 48 anos nem tudo foram rosas, que existiu espinhos e que haverá ainda muito mais para quebrar, mas que o balanço destes 48 anos deverá ser positivo, mas, contudo, preocupa-se com o aumento do populismo que poderá colocar em perigo a democracia. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fazenda, Vítor Rosa, questionou quando está prevista a obra do poço redondo. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que foi uma obra iniciada e projetada pela Junta de Freguesia da Fazenda, que estes tentaram fazer uma candidatura através do PRORURAL, foi aprovada, mas não teve pontuação para terem acesso aos apoios, depois disso solicitaram orçamentos e pediram apoio à Câmara Municipal, que nunca foi concretizado porque estavam à espera dos orçamentos serem atualizados. Concluiu que poderá confirmar e depois dar a informação mais correta. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fazenda, Vítor Rosa, referiu que no jardim, junto da Igreja na Fazenda, existe um quadro elétrico que não tem proteção, sendo importante colocar proteção no quadro para prevenir acidentes. No mesmo jardim, o coreto tem uma parte do telhado solto, há alguns meses, que necessita de reparação, em relação aos projetores, um deles não tem lâmpada e o outro só está a gastar luz, porque nem para a Igreja está apontado, sendo necessário rever. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que já tinham discutidos sobre as questões colocadas. Em relação ao quadro elétrico referiu que este pode ser retirado, porque a Câmara Municipal não precisa dele, mas na altura a Junta de Freguesia solicitou que ficasse para ser utilizado na iluminação de Natal, mas poderão ver uma maneira de manter o quadro ou remover. Em relação ao telhado esteve pessoal da Câmara lá, mas como não existia na ilha aquele tipo de telha tiveram que mandar vir. Por fim, em relação aos projetores, poderão verificar e resolver a situação. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fazenda, Vítor Rosa, referiu que em relação à telha poderiam retirar a telha de cima do coreto, porque está em risco de cair. Referiu que em relação ao muro de suporte na Barreira Vermelha está em risco de cair e que seria importante verificar esta situação. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que se está a colocar em risco as pessoas que lá passam, já poderia ter sido reportado este assunto à Câmara Municipal, para que pudesse verificar a situação. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fazenda, Vítor Rosa, referiu que existe necessidade de colocação de sinalização e espelhos em várias estradas. Referiu que foi perguntando sobre as obras que estão em curso na freguesia da Fazenda, questionando assim se as mesmas estão licenciadas, uma vez que junto às obras não estão identificadas com placas de licenciamento fixadas. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que em relação à sinalização, não é só na freguesia da Fazenda, e já solicitaram ao Gabinete Técnico que fizesse um levantamento da sinalização do Concelho em falta e necessária e a Câmara Municipal já adquiriu por volta de quinze mil euros em sinalização e que brevemente irão proceder à colocação da mesma. Em relação ao licenciamento das obras não sabe quais são as que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia se está a referir. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fazenda, Vítor Rosa, solicitou à Câmara Municipal uma lista das obras que estão licenciadas na freguesia da Fazenda. Questionou quando a Câmara Municipal prevê a conclusão das obras no salão no polivalente da Fazenda.



----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que estão à espera da telha que será a mesma que irão utilizar no coreto, e os trabalhos de cobertura estão sempre condicionados pelas condições atmosféricas. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fazenda, Vítor Rosa, referiu que não se estava a referir à cobertura, mas sim à madeira que está no chão do salão que já poderia estar no seu lugar, não precisando da telha para efetuar este trabalho. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que retiraram a madeira para poderem verificar o estado da cobertura e substituir a telha e que depois então iriam voltar a colocar o teto falso. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fazenda, Vítor Rosa, referiu que colocaram lixivia no caminho de acesso à vigia da Baleia, mas esqueceram-se de colocar junto ao Serviço de Desenvolvimento Agrário, onde existe uma travessia para peões que também está a precisar. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que não foi só na rua em questão, mas sim em mais ruas, mas se existe necessidade de colocar nesta rua que irá tomar nota. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fazenda, Vítor Rosa, referiu que foram efetuados trabalhos pela Câmara para a Senhora Vereadora Maria Vitorina Sousa Silveira, mas ainda não arranjaram os estragos nos caminhos, nomeadamente caminho do Capelo, feitos pelo mau tempo em que foi solicitado por ofício para a Câmara Municipal. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que fazem os trabalhos consoante as disponibilidades que têm no momento. Referiu que o caminho do Capelo não está intransitável porque passou lá recentemente, mas que se necessita de reparação será efetuada. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fazenda, Vítor Rosa, questionou a quem pertence a limpeza das paragens de autocarros, uma vez que a Câmara Municipal é que efetuou as estruturas. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que a Câmara efetuou as estruturas, uma vez que são vias Regionais, e a Câmara Municipal, com a colaboração das Juntas de Freguesia, efetuava a limpeza com o pessoal cedido à Junta de Freguesia; quando deixou de existir essa cedência de pessoal a Câmara Municipal ficou de fazer tanto nas casas de banho como nas paragens. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fazenda, Vítor Rosa, referiu que em relação aos programas ocupacionais e aos ocupados que estavam cedidos e que tiveram que voltar para a Entidade promotora do projeto, existe alguns que continuam nas freguesias, e que conduzem as viaturas das Juntas e da Câmara, questionando se houver um acidente de quem é a responsabilidade. Questionou igualmente porque só da Junta da Fajã Grande e da Fazenda é que foram retirados o pessoal e continua a existir trabalhadores da Câmara cedidos às Juntas, Cáritas, Santa Casa da Misericórdia e escola. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que as pessoas que estão nos programas de emprego têm de certa forma um vínculo com o Município, e estão abrangidas pelo seguro que é obrigatório. Em relação ao pessoal que esteve cedido às Juntas de Freguesia e Instituições, foi questionado ao Governo Regional sobre estas cedências às Juntas de Freguesia e a possibilidade das pessoas se manterem a trabalhar nas Juntas e a resposta que receberam do Governo é que, os funcionários ao abrigo dos programas não poderiam estar cedidos às Juntas, tendo de voltar à Entidade promotora do projeto; uma vez que na altura não foi colocada a

questão das Instituições, quando receberam a resposta do pessoal cedido às Juntas, questionaram novamente sobre o pessoal cedido às Instituições, e até ao momento estão aguardar a resposta por escrito. -----

----A Sra. Deputada Lúcia Teixeira referiu que, em relação aos seguros dos ocupados dos programas ocupacionais, a questão que o Sr. Presidente da Junta da Fazenda estava a colocar é se, quando são elaborados os projetos na descrição das atividades o Município indica apenas as alíneas que estão nas respetivas resoluções que criam os programas, ou esmiúça a dizer que as pessoas vão conduzir viaturas, que irão circular por todo o concelho, porque se não estiver no projeto, não pode estar contemplado no seguro, e se existir um acidente como se justifica perante o seguro que aquela pessoa estava a circular?-----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que não poderá garantir que estão assegurados, mas que irá confirmar. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fazenda, Vítor Rosa, questionou em relação à estrada Monte Trigo e ao caminho da Ribeirinha, que estão degradados. Em relação ao arrendamento à habitação social, como é feito o concurso. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu em relação ao caminho da Ribeirinha, efetuaram uma reparação; em relação à estrada do Monte Trigo, a Empresa SACYR tem retirado inertes de um terreno, e constantemente tem existido problemas nas estradas e o pessoal do Gabinete Técnico tem verificado e feito o levantamento do que é necessário reparar, para que depois possam solicitar à Empresa para reparar ou limpar a estrada. Em relação ao arrendamento de habitação social, é aberto um concurso. O que acontece em algumas situações é que chegam pedidos da Segurança Social para colocação de agregados familiares com algumas dificuldades em alguma habitação disponível. -----

----A Sra. Deputada Lúcia Teixeira, em relação à habitação social, solicitou à Câmara Municipal uma listagem dos imóveis destinados à habitação social e cópia de todos os concursos para atribuição destes imóveis, e também gostaria de saber o ponto de situação do Centro de Acolhimento se já está em utilização e se existe um regulamento. Em relação ao regulamento de venda ambulante pensa que já estará a terminar esta semana a consulta pública, questionando assim se já existe alguma participação dos Municípios. Em relação ao Bar “O Trancador”, gostariam de saber quando termina o contrato e se está a ser cumprido o contrato no que diz respeito ao pagamento da renda e ao cumprimento das cláusulas referidas no artigo terceiro do Caderno de Encargos, pensa que o contrato termina este ano, questionando qual o cenário considerado pela gestão camarária para o futuro deste imóvel. -

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que em relação ao Centro de Acolhimento foi solicitado à Câmara por parte do Governo Regional, que fosse efetuado um levantamento do que poderia ser respostas a nível de alojamento e trabalho para receber pessoas vindas da Ucrânia, na altura que questionaram não existia habitações sociais disponíveis, e na altura, além do levantamento que foi efetuado junto das Empresas para alojamento e trabalho, a Câmara Municipal disponibilizou o Centro de Acolhimento temporariamente para acolher estas pessoas. Referiu que existem particulares que cederam espaços, mas que os mesmos estão limitados, porque serão usados na época alta para turismo. Em relação ao regulamento referiu que este está a ser preparado. Em relação ao regulamento de venda ambulante ainda está em discussão pública e deve terminar esta semana, não sabendo informar neste momento se existiu algum contributo, mas que poderá verificar até porque irá depois a reunião de



Câmara e a reunião de Assembleia Municipal. Por fim, em relação ao Bar “O Trancador”, o caderno de Encargos refere que é renovável por períodos iguais de dois anos, e que foi renovado há um ano e meio atrás fazendo dois anos no início de agosto. Referiu que ainda não decidiram o que será feito, se não for para renovar tem que avisar com um período de antecedência mínima de 60 dias. Em relação a ser cumprido o estipulado refere que já recebiam mais que uma vez denúncias, sendo que a última foi solicitada uma vistoria feita pela Veterinária que presta serviços à Câmara Municipal. Sempre que existem denúncias a Câmara Municipal procede à vistoria e tenta junto do arrendatário que a situação seja resolvida. -----

----A Sra. Deputada Lúcia Teixeira questionou sobre qual foi a situação que originou a última denuncia. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que sabe que a Veterinária teve que ir efetuar uma vistoria, mas não sabe a situação que originou a denúncia. Mas poderá confirmar e se for possível dar conhecimento aos Senhores Deputados. -----

----O Sr. Deputado José Azevedo referiu que na ilha das Flores, falam muito da Baleação, e que até tinham algum património relativo à baleação nomeadamente as Vigias da Baleia que neste momento estão degradadas, questionando sobre o ponto de situação das mesmas. Em relação ao voto de pesar aprovado referiu ser uma pessoa que admirava, mas foi uma pessoa que sempre tentou concentrar o património no concelho de Santa Cruz, referindo que o mesmo toda a vida falou da Baleação deixando para trás o que foi o sustento da ilha das Flores durante muitos anos, que foi a apanha do sargaço, e não existe nenhum documento sobre isso ou alguém que fale sobre o mesmo. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que não sabe responder sobre todas as vigias da Baleia, mas que existem algumas em condições de ser visitadas, mesmo não tendo equipamento dentro das mesmas. Em relação à Baleação referiu que a mesma sempre foi mais documentada do que a apanha do sargaço, não percebendo se o Sr. Deputado se estava a referir a existir algum tipo de documentação desta atividade. -----

----O Sr. Deputado José Azevedo referiu que na sua opinião é uma atividade que seria importante ficar documentada. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **ANÁLISE DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.** -----

----A Sra. Presidente da Assembleia em Exercício deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para que este fizesse um breve esclarecimento sobre o relatório de atividades e situação financeira do Município. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara fez uma breve descrição das atividades desempenhadas desde a última reunião de Assembleia, nomeadamente reabilitação da Avenida Marginal da Fajã Grande, em que a obra está quase concluída; comemorações do centenário do nascimento de Pedro da Silveira; nomeadamente a sessão inaugural com três momentos, sendo dois na freguesia da Fajã Grande e um no Museu Municipal; apresentação da XXXV Edição da Festa do Emigrante; levantamento da informação da disponibilidade de alojamento e emprego no concelho aos refugiados da Ucrânia; conclusão dos trabalhos de terraplanagem na futura zona Industrial da Várzea; e por fim reabilitação de algumas vias Municipais. Fez referência que qualquer questão que seja colocada quer relativamente ao relatório de atividades quer sobre qualquer outro assunto, que não seja respondida na respetiva reunião, será sempre respondida



pelas vias normalmente utilizadas, esta observação porque hoje foi posta em causa a falta de reposta a uma solicitação por parte do Grupo Municipal de Coligação PSD/CDS-PP/PPM.---

----A Sra. Deputada Lúcia Teixeira começou por, e pegando no último ponto referido pelo Senhor Vice- Presidente relativamente à resposta aos pedidos de informação: aquele pedido em concreto, sobre o qual nós apresentamos um voto de protesto, não foi respondido e a primeira solicitação foi feita em dezembro, reiterada em janeiro e reformulada na reunião de ordinária de fevereiro, não tendo até à data sido entregue qualquer documentação, nem por email nem em papel. Só para que fique bem claro que não foi respondido nada neste caso em concreto Questionou em relação ao plano de atividades o ponto que refere a reunião com o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, quais os pontos abordados nesta reunião. Em relação à sinalização vertical existente em todo o Concelho esta muito degradada e em muitas situações inexistente tanto a indicação para pontos Turísticos, bem como a rodoviária. Em relação às mondas de caminhos e jardins existe uma grande falta de cuidado, porque mondar jardins e bermas de estrada não é só cortar a erva, teria que existir o cuidado de juntar a erva ou retirar da estrada, dando o exemplo que ainda ontem passou no Mosteiro e que tinham estado a mondar deixando a erva espalhada na estrada. Com a chuva poderá provocar algum acidente, e certamente a responsabilidade recairá sobre a autarquia pois a via está sob a sua gestão Em relação aos Museus existentes em todo o Concelho, gostariam de saber, uma vez que estamos prestes a iniciar o horário de verão e já se verifica alguma afluência de turistas, qual o horário de atendimento e se é igual em todas as freguesias, e se existe o roteiro dos Museus, referiu ser importante que as vigias da Baleia sejam integradas neste roteiro turístico.

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu em relação à resposta ao solicitado a informação que tem é que a mesma seguiu que pode não ter sido recebida pelos senhores deputados ou ter ficado perdida de alguma forma nalgum sítio. Referiu que em relação à reunião com o Governo dos Açores foi publicado uma notícia sobre a reunião, onde foram discutidos vários assuntos nomeadamente programas de emprego, e um dos mais importantes, a construção do Porto das Flores. Em relação à sinalização vertical foi efetuado o levantamento e existe a necessidade quer de substituição quer de nova colocação, que irá ser efetuado porque a sinalização já foi adquirida e já se encontra cá. Em relação à monda das estradas foi entregue a uma empresa, referiu que esta situação pode acontecer, que pode acontecer falhas e irão tentar corrigir. Em relação aos Museus pede que seja dada a palavra à Vereadora Vitorina Silveira que está dentro do assunto. -----

----A Sra. Vereadora Vitorina Silveira referiu que em relação aos horários dos Museus, na época de verão, fazem um horário mais amplo, neste momento têm diferentes horários para o Museu da Fajã Grande, Fajãzinha, Lajes e Lomba. -----

----A Sra. Deputada Lúcia Teixeira referiu que em relação às mondas, embora estejam adjudicadas a uma Empresa, continua a ser da responsabilidade do Município, e na altura da outorga do contrato deveria ficar claro que o serviço tem de ser bem feito. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu que é um ponto a ser corrigido. -----

----A Sra. Deputada Lúcia Teixeira referiu que ainda em relação a esta situação o Município tem um quadro de pessoal considerável mais as pessoas que estão em programas que deverá rondar umas 100 pessoas, pelos dados que são do conhecimento público, questionando assim se é necessário recorrer a Empresas para manter vias e jardins municipais, e a que outros serviços estão afetos os funcionários do Município. -----



----O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu que recorrer a um particular para fazer estes serviços já tem alguns anos, uma vez que tem muitos quilómetros de caminhos municipais e Vicinais e por vezes é necessário recorrer aos serviços particulares. -----

----O Sr. Deputado José Freitas referiu que em relação ao ponto de situação da reunião com o Governo dos Açores, questionado pela Sra. Deputada Lúcia Teixeira, na última reunião da Assembleia Municipal, na ata vem referido o ponto de situação desta reunião passando assim a citar “O Sr. Presidente da Câmara respondeu que foram discutidos alguns assuntos preocupantes relativos ao Concelho, sendo um dos pontos de maior preocupação as obras de construção do Porto das Lajes, existindo alguns assuntos que tem vindo a acompanhar e salvaguardar, uma vez que é um dos maiores investimentos feitos, e é fundamental que seja bem feito....”. Em relação ao relatório de atividades referiu que o chamou à atenção o apoio à Ouvidoria das Flores nas obras da Igreja da Fajãzinha, referiu que as obras decorrem a algum tempo e ainda não terminaram porque o Empreiteiro não tem mão-de-obra, que o permita terminar e agora aparece um apoio da Câmara Municipal à Ouvidoria, questionando qual foi o valor. Referiu que as obras estão numa fase final, faltando a pintura exterior e o acabamento da casa de banho, que está em curso. Em relação ao relatório é de salientar a maneira como correu o início das Comemorações do Centenário do nascimento de Pedro da Silveira e o fato de ter início na Fajã Grande, freguesia onde o mesmo nasceu, e depois a restante cerimónia no Museu das Lajes, tendo sido um momento solene que marcou o início dos trabalhos. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que em relação ao apoio da Ouvidoria das Flores, para a obra da igreja da Fajãzinha, tem a ver com obras a mais que tinham que ser efetuados e que não tinham sido contemplados inicialmente no orçamento, sendo o valor do apoio quinze mil euros. Em relação às comemorações do Centenário do nascimento de Pedro da Silveira, teve início na Fajã Grande por o mesmo ser natural da freguesia existindo assim dois momentos na Fajã Grande com a placa na casa onde nasceu, e com a placa na rua do novo loteamento “Villas do Mar” junto à Avenida Marginal, e depois terminou com uma sessão solene no Museu Municipal em que esteve presente o Presidente da Câmara e a Secretária da Direção Regional da Cultura e uma palestra do Professor Urbano Bettencourt sobre a obra de Pedro da Silveira, e da apresentação do livro “Minha Pedra da Vida – Uma antologia breve e para todos”, de Pedro da Silveira, editado por Vasco Rosa, sendo assim a primeira sessão daquilo que serão as comemorações que terão outros momentos em maio e em setembro. ----

----A Sra. Deputada Lúcia Teixeira referiu que em relação à sua questão sobre a reunião com o Sr. Presidente do Governo Regional, a última reunião de Assembleia Municipal foi a 25 de fevereiro há praticamente dois meses, entretanto não sabemos quantas vezes o Presidente da Câmara reúne com o Presidente do Governo Regional, como não estava definido os assuntos achou por bem questionar, chegando assim à conclusão que os mesmos assuntos consta em dois relatórios de atividades consecutivos . -----

----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE APOIO PARA CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE RETENÇÃO DE GADO, POR PARTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA FAJÃZINHA. -----

----Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA N. 12/2022 -

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO PARA A COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS. -----

----A Sra. Vereadora Vitorina Silveira referiu que a alteração se deve ao fato de facilitar os procedimentos no pagamento no caso de óbito de um beneficiário. -----

----Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DAS LAJES DAS FLORES. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara explicou que este é um requisito legal para se iniciar a revisão do PDM, constituído um levantamento daquilo que já existe, sendo a base para a Cartografia. É um documento técnico que retrata a realidade atual quanto ao ordenamento e território do Concelho. -----

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira, referiu tratar-se de um documento técnico, portanto não se trata de um documento político, mas que irá resultar numa primeira revisão do PDM, este sim, um documento político. Nesta sequência questiona a data de início e conclusão da primeira revisão ao PDM, e demonstrar alguma preocupação, uma vez que, considera que este plano já vem tarde, porque pode alterar os locais onde se podem fazer investimentos e mesmo comprometer a utilização de fundos comunitários se se alongar esta primeira revisão. Relativamente à Cartografia do PDM, questiona se a mesma se encontra a ser feita em conjunto com o Município de Santa Cruz. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu que este Relatório é um requisito inicial para se dar início ao processo, a par disto é permitido que o Município continue a dar andamento aos passos seguintes e, não obstante disso, o procedimento foi lançado em conjunto com o Município de Santa Cruz. Os passos seguintes, fase em que se encontram, consistem na criação de uma comissão de acompanhamento, sugerida pelo Município. A lista de entidades a integrar esta comissão é sugerida pela autarquia sendo enviada para antiga DROAP, atual Direção Regional de Cooperação com o Poder Local, para que possam validar ou não a comissão, as entidades a constituir esta comissão, ou as entidades que constituem esta comissão. A não validação resulta na devolução para alteração de acordo com as recomendações destes. Após validação da composição da Comissão de Acompanhamento, é a própria Direção Regional de Cooperação com o Poder Local que contacta as entidades a fim de cada um indicar uma pessoa a representar nesta comissão. Quanto aos prazos, o Governo Regional, prolongou por mais um ano. Não é apenas os Municípios das Flores que se encontram em atraso neste trabalho, não sendo um processo simples, mas complexo, e irão efetivamente fazer esforços para que seja o mais rapidamente possível. -----

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira questionou em relação à Cartografia se está decorrendo o levantamento cartográfico, qual o prazo de execução e o investimento do Município. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu não saber precisar o valor, mas que irá posteriormente remeter esta informação. Confirma ter sido feito em conjunto com Município de Santa Cruz, refere que antes o levantamento era feito com recurso a meios aéreos. Atualmente e atendendo a que é o meio mais fiável, mais acessível em termos de custo é o levantamento através de imagens de satélite, já que os meios aéreos ficavam condicionados pelo estado do tempo. -----

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira questionou novamente quanto ao prazo de conclusão do levantamento Cartográfico. -----

--- O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu não conseguir precisar, ficando de posteriormente prestar esta informação. -----



---Sra. Deputada Lígia Teixeira, referiu que atendendo a que é do conhecimento desta que ocorreram atrasos, refere que não devem ficar à maré dos atrasos decorrentes deste processo, já que sem cartografia não existe revisão do PDM. -----

--- O Sr. Vice-Presidente da Câmara afirmou que irão continuar na fase de constituição da Comissão de Acompanhamento para poderem avançar assim que a Cartografia estiver terminada, para poderem dar os passos seguintes. -----

---Não tendo havido mais intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA N.º 20/2022 – ATRIBUIÇÃO DE INSÍGNIAS HONORÍFICAS POR OCASIÃO DO FERIADO MUNICIPAL. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara, referiu que esta proposta vem na sequência de uma reunião com vereadores, membros da assembleia e outras entidades, tendo sido consensual a designação daqueles nomes. -----

---Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, foi aprovado por maioria com duas abstenções do Sr. Presidente da Junta da Fazenda Vítor Rosa e da Presidente de Junta do Mosteiro Maria Isabel Tenente. -----

----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA N. 21/2022 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA APOIO AO INVESTIMENTO. ----

---O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu que nesta proposta estão incluídas duas grandes obras que são da intenção da Câmara Municipal realizar, designadamente Zona da Várzea e o Parque habitacional da Presépio e o Pavilhão. São estas, duas obras que se pretende candidatar a fundos comunitários. Quanto ao Pavilhão já foram feitas algumas intervenções, nomeadamente na cobertura, no entanto verifica-se a necessidade de substituir a restante cobertura, porque já se verifica algumas infiltrações nos pisos e problemas elétricos. Em relação às três situações têm intenção de candidatar a fundos comunitários. -----

---A Sra. Deputada Lígia Teixeira referiu que a intervenção no âmbito desta proposta, não deve ser interpretada no sentido de não quererem viabilizar investimento no Concelho, querem, no entanto, ter conhecimento das contas e dos procedimentos. Começa por questionar a ordem de prioridades destes três investimentos. Refere que tinha uma questão relacionada com as fontes de financiamento, sendo que já percebeu que se der para candidatar a fundos comunitários assim será, surgindo a questão: e se não houver financiamento, já existem orçamentos para estas obras, com números reais. -----

---O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu que a questão da prioridade destas ou de outras obras que se possam vir a realizar, vai no sentido das questões que têm vindo a ser levantadas sobre respostas dadas a este nível dos loteamentos, quer no loteamento da zona Industrial da Várzea que tivemos de resolvê-lo inicialmente com recurso a duas zonas para onde os transitários pudessem colocar os contentores e fazer descarga marítima nos próximos tempos mas também vai na procura de ceder espaços naquela zona ou noutra que fosse disponibilizada, para aquisição de lotes para construção de armazéns ou outro tipo de atividades. A questão da habitação, edifícios mistos mais no centro da vila, abaixo do campo de futebol, na zona da Presépio, não sendo o loteamento que já lá está em fase de construção, mas a zona que fica ao nível da estrada, também vem da procura que tem havido das pessoas para construir, que já vem de alguns anos, vem no sentido de responder a esta procura. Os valores descritos vão de encontro às estimativas orçamentais para as diferentes obras. Quanto ao endividamento, este vai de encontro à capacidade de endividamento da autarquia, sendo que anualmente a capacidade é de 20% sendo só esta percentagem que pode ser aplicada para este ano que é de 803.000,00€. A ideia não é todos os anos contrair empréstimos nestes montantes, estando os valores dentro da capacidade de endividamento anual da Autarquia. Havendo financiamento não quer dizer que todos os anos façam igual nem que irão utilizar a

capacidade total de endividamento, sendo a ideia agora avançar com estes e casos sejam apoiados com fundos Comunitários, poderão existir outros investimentos. -----

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira referiu que quando questiona a prioridade, entende por exemplo se a prioridade não deve ser manter o que já existe, no caso do pavilhão. A questão é qual a prioridade quanto a estas três obras. Acreditando que já tem estas obras orçamentadas, questiona o valor da 2ª fase da Presépio, já que o documento refere tratar-se da 1ª fase, partindo-se do pressuposto que se existe uma 1ª fase existe uma 2ª ou quem sabe um 3ª ou 4ª fase. Refere a capacidade de endividamento, sendo verdade, mas com estes 750.000,00€ ficam a 50.000,00€ de esgotar a capacidade de endividamento deste ano e é neste sentido refere não poder deixar de recordar que o argumento utilizado por nesta casa em aprovações de contrações de empréstimos do passado, nomeadamente em 2007, que diziam que um empréstimo de 300.000,00€, menos de metade do total apresentado neste momento, os senhores votavam contra porque o mesmo comprometia as opções políticas do mandato seguinte. Ora se a fatura é muito mais elevada neste momento, são 750.000,00€ e compromete o investimento do próximo mandato e dos próximos 20 anos do Município porque são tudo empréstimos para 20 anos.-----

---- O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu que quanto à questão das prioridades, de entre as três obras, relativamente ao pavilhão, e a prioridade deste, tem haver com o estado em que ele está, por consequência das condições atmosféricas a que estamos sujeitos, se não for intervencionado em curto espaço de tempo vai vir a prejudicar outras partes do edifício. Relativamente aos loteamentos, é difícil dizer que um tem prioridade sobre o outro, já que ambos têm procura, quer para a zona industrial e para a zona habitacional. Portanto nesta fase é difícil priorizar um em detrimento do outro dada a procura em ambos os casos. Quanto à questão do endividamento, trata-se de um endividamento acautelado e a intenção não é contrair empréstimos anualmente nestes contornos, sem que estes possam eventualmente ser financiados pelos fundos comunitários, embora sem garantia de serem financiados, mantemos a esperança de que isto possa acontecer. Não sendo financiado, no futuro não vamos por em causa a capacidade financeira do município ou a capacidade de resposta de situações que possam acontecer no futuro, até ao final deste mandato, ou nos mandatos seguintes. O que se pretende agora, está sendo ponderado de forma consciente, projetando o que vão ser estas três obras, nos próximos tempos e nos próximos anos, com a esperança de que venham a ser financiadas e que possam amortizar a questão dos empréstimos contratados, mas nunca por em causa aquela que será a vida financeira e a estabilidade financeira do Município nos próximos anos ou nos próximos 20 anos. -----

----Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com 6 abstenções dos Deputados Lígia Teixeira, Maria Freitas, Nuno Diogo, Mariana Ferreira e Esmeralda Lourenço e da Presidente de Junta de Freguesia do Mosteiro Maria Isabel Tenente, Independente, e com 4 votos contra do Presidente de Junta de Freguesia da Fazenda Vítor Rosa, Presidente de Junta da Freguesia da Fajã Grande Victor Fagundes, e os Deputados Duarte Câmara e José Azevedo. -----

----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA N. 23/2022 – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO SETOR AGRÍCOLA. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu que as alterações ao regulamento, agora propostas e de acordo com a sugestões já feitas, estão devidamente registadas, prendem-se essencialmente com a introdução de outra atividade: apicultura, e com sugestões das comissões de análise de cada regulamento com o intuito de acautelar situações que anteriormente não estavam contempladas. Introduce-se a exigência de ser atividade a título principal no caso de novas empresas e nos casos de empresas já existentes, a exigência de comprovar faturação. -----



----A Sra. Deputada Lígia Teixeira referiu que quando no ponto 1 referem que a pessoa que concorrer tem de ter atividade a título principal iniciada há 90 dias, questiona se ao abrir atividade, querendo candidatar-se a este apoio terá de esperar 90 dias. Pergunta ainda, quem já tenha beneficiado deste apoio, ao abrigo do ponto 1, existe limite de temporal para se candidatar ao seguinte já que o ponto 3, refere que tem de entregar comprovativo de faturação no último ano não querendo dizer que o limite temporal seja 1 ano. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que relativamente à questão dos 90 dias, confirma que para beneficiar deste apoio deverá o/a requerente ter atividade a título principal há 90 dias. Caso não consiga fazer a candidatura, existem dois períodos, em janeiro e junho. Quanto ao prazo entre candidaturas, no ponto 4, consta poderá beneficiar de novo apoio decorrido 2 anos desde que lhe foi concedido o primeiro. -----

----Não tendo havido mais intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

**----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA N. 24/2022 –
ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO
EMPREENDEDORISMO. -----**

--- O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu que as alterações a este regulamento vão também na sequência de algumas recomendações que vão sendo feitas pela comissão de análise, que incidem essencialmente no artigo 18.º, referente ao incentivo, criando alguma regras para a atribuição deste tipo de apoio tanto para novas empresas e para empresas que já se encontram fixadas no Concelho. -----

---Sra. Deputada Lígia Teixeira referiu que julga haver um erro de redação no Preâmbulo, designadamente onde refere “novo regulamento”, será “alteração”. Refere que aquando da aprovação do regulamento inicial já haviam mencionado a necessidade de existir uma tipificação dos projetos. Costumamos dizer que só chega tarde o que nunca chega, por isso e ainda bem que passados alguns anos chegaram à conclusão da necessidade desse aspeto. -----

----Não tendo havido mais intervenções, o mesmo foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

**----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA N. 24/2022 –
ALTERAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2021. -----**

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu que este não deixa de ser um documento técnico, sendo a explicação tudo o que foi realizado no último ano de acordo com o que tinha sido projetado no orçamento do último ano. Informou que em reunião de Câmara foi detetado um erro no documento de anexo às demonstrações financeiras que pensa que ficou esclarecido. -

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira referiu que em reunião de Câmara foi esclarecido e remetido para os líderes de bancada as páginas para substituição, mas não para os restantes deputados Municipais e Vereadores, pedindo assim para quando existir esse tipo de comunicação/informação terem o cuidado de enviar para todos os membros da Assembleia Municipal. Acrescentou que foi devidamente esclarecida a diferença existente na página 10 do Relatório de Gestão em que as amortizações eram de 49 mil e na demonstração de resultados referia 40 mil, a dúvida surgida era se 49 mil ou 40 mil. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu em relação às receitas de capital e às despesas de capital que o valor de execução é mais baixo por causa das obras que têm atribuição dos fundos comunitários e que estão atrasadas que não terminaram e não sendo executada a obra não é executado o valor nem há receita pelas transferências efetuados para o Município. Em relação à página 14 do relatório de gestão no valor do quadro na alínea de Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento o valor não se lê como negativo e sim como positivo porque depois em conjunto com o resultado operacional (antes de gastos de financiamento) da o total de 596 000,00€, sendo considerado positivo porque são amortizações de

investimento. Concluiu que são questões técnicas e se haverá alguma questão mais técnica a ser explicada terão que recorrer a alguém capacitado para as responder. -----

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira referiu que no relatório de gestão na página 5 referem que no final de 2021, o número de trabalhadores ao serviço foi de 72 trabalhadores, número que representa um decréscimo de 1 trabalhador face ao ano de 2020, questionando de no ultimo paragrafo desta página referir que as despesas com o pessoal em termos de contabilidade orçamental durante o ano 2021 a 1.483.649,08 euros, o que representa um acréscimo em relação a 2020 de 89.372,22 euros, querendo assim a explicação de terem diminuído o número de trabalhadores e terem aumentado a despesa em cerca de 89.372,22 euros. -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que não pode dar a resposta mais correta, mas que depois irá informar. -----

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira questionou se não existe nenhum Técnico disponível para esclarecer esta situação. -----

----A Sra. Presidente da Assembleia em Exercício informou que já não está no horário de funcionamento da Câmara Municipal. -----

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira concluiu que deveria de estar de prevenção. -----

----Não tendo havido mais intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com a abstenção da bancada do Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS-PP/PPM. -----

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira apresentou uma declaração de voto, referindo que o voto de abstenção é por se tratar de um documento técnico que reflete as opções políticas do atual elenco Camarário, e que não são de todo as opções políticas que seriam do Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS-PP/PPM, também devido à baixa taxa de execução e por não terem obtido merecida resposta à nossa questão colocada que poderia ter originado mais debate, solicitando assim a resposta por escrito com conhecimento a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- **ANÁLISE, DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DO ROC E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.** -----

----O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu tratar-se de um documento que certifica as contas apresentadas, sendo um documento também técnico. -----

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira referiu que a entrega desde documento para apreciação foi finalizada a 21 de abril, questionando se não teria o ROC, tempo suficiente para o apresentar de forma a que o documento seguir juntamente com os restantes documentos da ordem do dia. -----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu que o Revisor Oficial de Contas só pode concluir o documento depois da aprovação de contas na reunião de Câmara, por isso ser a data de 21 de abril data da reunião de Câmara Municipal. -----

-----**ENCERRAMENTO:** Assim, não existindo outros assuntos a tratar, e sendo dezasseis horas e cinquenta e oito minutos, a Sra. Presidente desta Assembleia em Exercício declarou encerrada a reunião. -----

-----Da mesma se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e posta à discussão e votação será assinada pela Mesa desta Assembleia Municipal. -----

O Presidente,

Handwritten signature in blue ink.

A 1ª Secretária,

Ernesto de Paula Junior

A 2ª Secretária,

Lisa Sampaio